

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

17

Ἰσθμίου τῆς ἑσπερίας Ἰσθμίου τῆς ἑσπερίας

Ἰσθμίου τῆς ἑσπερίας Ἰσθμίου τῆς ἑσπερίας

MHNIN AEIΔE ΘEA ΠHΛHIAΔEΩ

A PRÁTICA DA GUERRA NO EGÍPTO DO IMPÉRIO NOVO

(2.ª PARTE): ALGUNS ELEMENTOS PROSOPOGRÁFICOS DOS MILITARES E O SEU SISTEMA SOCIAL

PEDRO DE ABREU MALHEIRO

Universidade de Lisboa

Abstract

This study constitutes an attempt to develop the understanding of the socio-political effects of the military system within the New Kingdom Egypt (ca. 1550 BC-1070 BC). Owing to the subject and the limitations of the framework, the author has concentrated upon the basic logistics of the ancient Egyptian war machine within this limited time sphere, in order to avoid the most commonplace historical surveys of the wars of the various Pharaohs. The monograph of Andrea Gnirs (*Militär und Gesellschaft. Ein Beitrag zur Sozialgeschichte des Neuen Reiches*), concerning the hierarchical make-up of the Egyptian war machine and the crucial internal aspects of the social system of the day has proved to be extremely useful for some of the issues discussed in the following pages, as well as recent studies made by Anthony J. Spalinger, one of the leading specialists in warfare and military organization of Ancient Egypt. In the present approach there are two purposes in mind: to characterize the lives and the careers of some influential Egyptian army officers of Dynasties XVIII and XIX, and evaluate the significant role played by the military. How they were integrated in the Egyptian society during the Ramesside period? In order to have a proper answer economic constraints and factors of population must be considered and clarified. Additionally, the present article also includes comments about various satires (small texts called *Miscellanies*) which indicate the social setting of the ramesside soldiers. Why they were negatively viewed by the scribal class, deprecating the military life? Apparently it was the growing importance of the military «corporation» that led to these literary virulent attacks. Finally, the Sherden and Libyan troops will deserve some attention.

(Página deixada propositadamente em branco)

Na sequência do nosso artigo publicado na revista *Cadmo* n.º 16, no qual descrevemos sumariamente a estrutura organizativa das forças armadas egípcias e a prática da guerra durante o Império Novo, é nossa intenção averiguar nesta segunda parcela, com base em coordenadas mais ou menos fiáveis, qual seria o sistema social da «corporação» castrense e de que modo terá influído na conjuntura político-económica e religiosa do Egipto: é tarefa difícil mas, ainda assim, viável e necessária para nos darmos conta de como os militares viviam e se integravam na sociedade egípcia desde a XVIII dinastia até à XXI.

Breves considerações sobre «autobiografias» de militares

Ainda que transmitindo uma visão parcelar e muitas vezes tendenciosa, as «autobiografias» de que dispomos do início da XVIII dinastia podem representar um rico acervo documental de apoio para o desenvolvimento de uma investigação deste género. Esses textos mostram até que ponto, à época, era possível sentir que se partiejava na história do país, e em que medida certos indivíduos experimentavam a sensação de terem contribuído para o curso dos acontecimentos bélicos. Paradigmática a este respeito é a autobiografia de um importante dignitário e militar chamado Ahmés, filho de Abana (ou Iben, nome da mãe). Vejamos um trecho da mesma:

«Eu cresci na cidade de Nekheb, sendo meu pai soldado do rei do Alto e do Baixo Egipto, Sekenenré (= nome de entronização de Taá II, da XVII dinastia), o justificado. Baba, filho de Reonet era o seu nome. Substituiu-o, tornando-me soldado a bordo do navio “O Touro Selvagem”, no tempo do senhor das Duas Terras, Nebpehtiré (= nome de entronização de Ahmés, fundador da XVIII dinastia), o justificado. Eu era um jovem que ainda não me casara (...). Então, quando formei família, fui levado para o navio “O do Norte”, porque era valente. Segui o soberano a pé quando avançou no seu carro de combate. Quando a cidade de Auaris foi assediada, peleei com bravura, a pé, na presença de sua

majestade. Em seguida, fui nomeado para o navio “Erguendo-se em Mênfis”. Depois, houve luta nas águas em «Pjedku» de Auaris. Fiz um prisioneiro e consegui uma mão⁽¹⁾. Quando tal foi relatado ao arauto real, atribuíram-me o ouro de bravura®. Depois, de novo se combateu neste lugar; consegui, outra vez, fazer um cativo e obter uma mão. Então, de novo me deram o ouro de valentia.»⁽³⁾

Bastante similar no tom se revela outra autobiografia⁴, desta feita de Amenemheb, militar que esteve activo durante os reinados de Tutmés III e Amen-hotep II; nesse texto indicam-se os locais onde se travaram refregas, sobretudo na Síria-Palestina, oferecendo até denominações geográficas muito precisas; além disso, o oficial teve o cuidado de se referir aos despojos e recompensas que logrou obter. Salienta que, perto de Alepo, conseguiu trazer treze asiáticos como prisioneiros de guerra, sete jumentos e treze lanças de bronze com embutidos de ouro; no seu relato, mais adiante, alude a mais cativos, que foram levados para Karkemich, para Kadech, entre outros locais, entregando-os por fim ao rei. Este recompensou o seu subordinado com dois colares de ouro, quatro pulseiras, duas «moscas» e um «leão» (condecorações militares^{5*}), e dois escravos.

No entanto, os episódios mais invulgares que se narram relacionam-se com proezas obradas por Amenemheb. A primeira foi, no mínimo, insólita: quando o governante de Kadech mandou soltar uma égua no cio para provocar a agitação dos corcéis que puxavam os carros egípcios, o oficial agiu de imediato, perseguindo a poldra a pé e matando-a de seguida; noutra ocasião, aquando de uma caçada conduzida por Tutmés III contra elefantes na região de Niy (na Síria, em Naharina), o maior espécime da manada arremeteu em direcção ao rei, correndo este sério risco de perder a vida; quando praticamente se esperava o pior, eis que Amenemheb avançou, afoito, ao encontro do paquiderme, cortando-lhe a tromba. Em face de uma prova de tamanha dedicação e heroísmo, o monarca recompensou-o com várias ofertas e benesses⁽⁶⁾.

O que transparece neste texto é o orgulho de um veterano convicto de haver participado na história, além da satisfação sentida ao receber as honrarias com que o faraó quis fazer partilhar a sua glória, já não solitária, mas em companhia dos seus guerreiros, brindando-os com condecorações por feitos de valor e bravura.

Todavia, assinalam-se várias menções a um forte relacionamento de camaradagem que uniu, tanto quanto sabemos, Amenemheb a Tutmés III: o «tenente do exército» e «chefe de arqueiros» parece ter

sido até um companheiro de infância desse monarca; com efeito, Amenemheb ostenta o título de «criança do *k(a)p*». A última palavra designava em egípcio a instituição onde eram criados e instruídos os príncipes reais, assim como os filhos de certos altos funcionários e de governantes de países estrangeiros. Assim se compreenderá melhor a intimidade que ligou os dois homens e os epítetos particulares de Amenemheb:

«O nobre, O príncipe, O chanceler do rei do Baixo Egípto, O amigo muito amado, O confidente benéfico do senhor do país das Duas Terras, o favorito do deus perfeito, o companheiro do rei quando ainda estava no ninho, seu favorito desde a infância, colocado à cabeça dos Amigos (...) acompanhando as suas marchas na água, na terra e em todos os países estrangeiros (...) nunca abandonando O senhor do país das Duas Terras no campo de batalha na hora de combater milhões de homens (...) O homem poderoso que vela pelo senhor das Duas Terras».⁽⁷⁾

Mais tarde, Amen-hotep II, durante a festa de Opet que se seguiu à cerimónia da sua coroação, encontrou Amenemheb remando no seu barco; reconhecendo-o, convocou-o ao palácio; disse-lhe que sabia ter sido ele um dos «companheiros» de seu pai, Tutmés III; como prémio pelo seu mérito e lealdade, nomeou-o «lugar-tenente» do exército, passando a comandar a guarda real.

Djehuti⁽⁸⁾ foi outro dos oficiais com uma carreira aparentemente brilhante na época de Tutmés III, conhecido sobretudo graças ao conto da *Tomada de Ipu* ⁽⁹⁾ (actual Jaffa); neste episódio, o general, que anteriormente fora comandante de uma guarnição, notabilizou-se pelo hábil estratagema a que recorreu para conquistar a cidadela cananaica de Ipu, junto à costa da Palestina Meridional: com os seus soldados alegadamente reduzidos a um profundo estado de embriaguez, Djehuti ofereceu-se, juntamente com a sua família, ao senhor de Ipu, numa atitude de aparente submissão. Na realidade, tudo isto não passou de uma ardilosa encenação. A certa altura, estando já dentro da cidadela, executou o seu plano, conseguindo introduzir os soldados egípcios na mesma e por fim tomá-la:

«Mandou então fazer duzentos cestos dentro dos quais escondeu duzentos soldados armados que levavam com eles cordas e estacas. Depois os cestos foram selados e postos às costas de outros tantos soldados vigorosos, com outros por escolta num total de quinhentos homens, a quem foi dito: “Quando entrarem na cidade, libertem os vossos companheiros, depois apoderem-se de todos os homens que nela se encontram e prendam-nos imediatamente”»^{*101}.

É curioso notar que a introdução de soldados escondidos em cestos (onde em teoria se encontrariam bens preciosos para aguçar o apetite do adversário e não homens armados) lembra, quase de imediato, o episódio do cavalo de Tróia que consta nos poemas homéricos da *Odisseia* ou ainda nos contos de Virgílio na sua *Eneida* e até a popular historieta de «Ali Babá e os Quarenta Ladrões» das *Mil e Uma Noites*.

De concreto, sabe-se que Djehuti corresponde a um indivíduo que realmente existiu, tendo sido um general piedoso⁽¹¹⁾, que, para além das suas funções militares, desempenhou igualmente o cargo clerical de «pai divino» do deus Onuris (da cidade de This, perto de Abido). Mas não é facto digno de espanto, já que a distinção (ou separação) entre as esferas temporal e religiosa significa, afinal de contas, um fenómeno relativamente recente. Pelo recheio do seu túmulo (cujas peças se encontram dispersas por vários países, expostas nos espólios museológicos de Leiden, Florença, Darmstadt e no Louvre), atesta-se o poder e a riqueza do proprietário.

Também da mesma época, mas no âmbito da oficialidade intermédia, sobressaem outros indivíduos, como Amenmés, que ocupou os postos de «chefe de archeiros» e de «intendente dos países do Norte». Na sua tumba, sita em Cheikh Abd el`Gurna (TT 42), mandou representar uma cena que geralmente pertence ao repertório iconográfico régio⁽¹²⁾: a capitulação de uma fortaleza inimiga; diante de Amenmés prosterna-se o «chefe do Líbano»; atrás deste, vislumbramos vários homens que trazem presentes em sinal de obediência e submissão para com o vencedor - um vaso ricamente decorado, dois touros, algumas pedras preciosas, entre outros objectos; apesar de as ofertas não serem abundantes, constituem, ainda assim, uma amostra dos recursos dessa região. Os vencidos saem do interior de uma fortaleza de configuração tipicamente síria. No primeiro plano, o exército egípcio em marcha manifesta a sua vitória com passadas marciais, desfilando os soldados munidos de achas, lanças e escudos.

A cena tem como pano de fundo grandes florestas. Amenmés é recompensado pelas suas capacidades de valentia e zelo no exercício das actividades guerreiras, vendo-se então promovido a um cargo de prestígio e grande responsabilidade: fica à cabeça das «províncias do Norte», do Retenu, tendo por principal missão arrecadar os tributos para o tesouro régio. Não deixa de ser significativo que no seu túmulo a cor dominante das pinturas seja a vermelha, símbolo do poder e profundamente associada ao deus guerreiro Montu⁽¹³⁾.

Duas estelas, uma conservada no Museu do Louvre (C59) e outra no Museo Egizio de Turim, transmitem um relato evocativo da vida e da carreira de outro oficial que pertencia à equipagem do carro do rei, cujo nome era assaz sonante, Ruenhekau / «o leão dos príncipes».

Comandando os contingentes núbios, os «chefes dos Medjaiu» eram igualmente personagens importantes na estrutura militar. Um deles chamava-se Didu (cuja tumba se localiza em Gurna) que também ocupou os cargos de «intendente dos países estrangeiros a oeste de Tebas», de comandante de unidades directamente vinculadas à pessoa do faraó e de «porta-estandarte»; foi também, emissário destacado para várias missões diplomáticas no estrangeiro: «ele é influente no coração do (rei); agraciaram-no com ouro e louvores por causa da sua bravura em numerosas ocasiões»⁽¹⁴⁾.

*

* *

No Império Novo, os soldados representavam um grupo social de pendor hereditário, que transmitia a sua posição de pais para filhos. Os seus nomes eram registados em listas constantemente actualizadas; quando o pai se via dispensado do serviço activo, o filho ocupava, quase automaticamente, o seu posto, bem como as vantagens que lhe eram inerentes. A principal consistia no usufruto de uma parcela fundiária, geralmente situada em zonas circunscritas, o que conduziu, a médio prazo, à formação de verdadeiras aldeias militares, cujos residentes, além de explorarem um pedaço de terra, também dispunham de escravos, uma das recompensas, como vimos, dadas pela sua bravura em combate.

Até começos da XIX dinastia, aparentemente, ainda não eram verdadeiros proprietários, formando antes um grupo que basicamente vivia do trabalho de outrem, preparando assim o cenário para a emergência de uma «classe média» entre o grupo da elite dirigente e o dos trabalhadores privados na posse dos meios de produção.

Não espanta, pois, que, a partir da XVIII dinastia, neste núcleo de pessoas dispensadas do trabalho diário se divise, de acordo com certos estudiosos, uma faceta «aburguesada», caracterizada por um prazer quase desmedido na aquisição de objectos de boa qualidade e por exigências que reflectiam o gosto pelo luxo e a ostentação de riqueza, modesta mas não mínima^{<15)}.

Consequentemente, a existência de um exército de carácter regular, profissional, que funcionava num sistema permanente, veio a provocar substanciais alterações na estrutura económica do Egipto, contribuindo para a existência de pequenas e médias propriedades paralelas às terras da coroa, dos príncipes e, principalmente, dos templos.

Com a política expansionista levada a cabo por vários dos reis das XVIII e XIX dinastias, não admira, então, que a situação económica dos detentores dos postos militares mais elevados tenha registado uma clara melhoria. Foram precisamente alguns destes oficiais que nos deixaram testemunhos autobiográficos no interior dos seus monumentos funerários. Eram também eles os principais responsáveis pelo dinâmico funcionamento da máquina militar, dividindo-se, em termos tipológicos, em dois subgrupos, oficiais combatentes e oficiais dos serviços administrativos, embora, em termos práticos, essa distinção fosse bastante vaga, dado que muitos dos militares do primeiro grupo também eram incumbidos de funções civis.

Esta divisão foi obviamente estabelecida pelos historiadores modernos por razões de maior clareza expositiva. Uma das características mais emblemáticas e visíveis na estrutura militar radica na importância e cuidado conferidos ao seu processo de organização: calculavam-se as distâncias entre as cidades, tomavam-se medidas para os portos estarem preparados para os desembarques, faziam-se estimativas bastante rigorosas quanto às rações de combate das tropas, reuniam-se, sempre que necessário, armas e outras peças de equipamento militar na altura dos aprestos de uma expedição bélica, e determinavam-se com bastante clareza as competências e funções que cabiam tanto a oficiais como a simples soldados rasos.

A este propósito, reveste-se de interesse uma das cenas constantes da monumental figuração plástica da campanha que culminou na batalha de Kadech: vemos o acampamento de Ramsés II, montado na véspera em que se iria travar a célebre refrega. Assinala-se a existência de um fosso onde se colocavam os escudos dos combatentes e, no interior do arraial, uma série de tendas que albergavam escabelos e mesinhas, louças e alfaias, também se observam soldados ocupados em tarefas triviais, lavando, lançando água e descarregando as azémolas. Em suma, o acampamento era uma espécie de pequena cidade, onde nada se deixava ao acaso graças aos serviços da logística, encontrando-se todo o recinto protegido por um sistema de vigilância relativamente eficaz.

Este interesse manifesto pela organização é-nos revelado num texto literário⁽¹⁶⁾: uma carta algo polémica de um «escriva do exército», Hori, de seu nome, em resposta a um seu colega, Amenemope, que lhe havia escrito num tom considerado ofensivo. Na missiva, que deixa transparecer uma cortesia irónica e artificial, Hori lança uma catadupa de perguntas ao seu rival, buscando testar a sua capacidade e maturidade profissional; as questões versam matérias que vão desde a geografia e a contabilidade até a maneiras para se estimar a mão-de-obra existente e a distribuição de rações. O texto, com todas essas perguntas ardilosas, espelha o perfil do seu autor, simultaneamente literato e funcionário, mas que é (como ele mesmo sublinha) um militar; para redigir esta carta, até vai para junto dos cavalos, que são elementos típicos do estatuto castrense^{17*}.

Em vários outros documentos perfila-se esta preponderância das funções organizativas e administrativas. Repare-se, por exemplo, nos «modelos» de cartas oficiais que se forneciam aos estudantes das «casas de vida» no período ramsésida. No seu todo representam uma antologia de materiais que encerram muitas situações verídicas: nelas se discorre sobre diversos assuntos, designadamente recrutamentos que foram feitos de maneira precipitada e incorrecta (pelo que tinham de ser revistos).

Com efeito, deparamos com referências a jovens que inicialmente se destinavam ao sacerdócio e se viram arrolados como soldados, ou a veteranos que, por engano, eram incluídos em listas de camponeses (*Papiro Bologna 1094*); também se lêem instruções incisivas no sentido de se respeitarem as competências e atribuições recíprocas de certos oficiais (*Papiro Anastasi V*, v. 25.2 e ss.), ou ainda registos de bases militares fronteiriças (*Papiro Anastasi III*, v. 6.1), neles se enumerando as passagens dos mensageiros que trazem ordens do Egito para as guarnições estacionadas em países controlados^{18*}.

Estas guarnições, designadas pelos termos quase indiferenciados de *menenu/mnnw*, ou *retehu/rthw* (geralmente traduzidas pela maioria dos egiptólogos como «fortalezas» ou «fortins»), eram constituídas por pequenos destacamentos de tropas sob o comando de um oficial egípcio, servindo para manterem a ordem e a vigilância em várias possessões do Egito, tanto na Núbia como em diversos pontos da Síria-Palestina^{19*}. Frequentemente, em áreas sob regime de protectorado, também actuavam como forças de apoio a governantes locais que haviam aceite a suserania faraónica e, além disso, de forma a garantir a fidelidade desses vassallos relativamente ao Egito^{20*}.

Cumpra referir que escribas pertencentes a tais guarnições redigiam diários, onde se descrevia praticamente tudo o que se presenciava. Observemos um extracto de um desses textos, feito a mando do responsável pela guarnição acantonada em Tjaru:

«Ano 3, 1.º mês de Chemu, dia 17: chegada das tropas principais (*heriu-pedjet*) dos poços de Merenptah-hetepmaet - vida, prosperidade, saúde - que se deslocarão às colinas para levarem a cabo um inquérito na praça-forte de Tjaru (...)»⁽²¹⁾.

Na documentação concernente ao exército egípcio, detecta-se uma forte vocação administrativa: para tal bastará reparar que na hierarquia militar, o posto que vem logo a seguir ao de «general» é o de «escriba dos recrutas» (ou «escriba do exército»⁽²²⁾). Era este que se ocupava de todo o ensanhado de listas que permitiam que os filhos de soldados pudessem vir a substituir os pais, ou que estipulavam as levadas de mancebos que as aldeias se viam regularmente obrigadas a fornecer para o exército. As referidas listas eram objecto de constantes actualizações; nelas figuravam também os prisioneiros de guerra e quais seriam os tipos de serviços que fariam, bem como os organismos a que ficariam ligados.

Dispomos de dados relativamente circunstanciados a respeito de alguns desses «escribas dos recrutas»: um destes, que exerceu funções durante o reinado de Amenhotep III, chamava-se Amen-hotep, «filho de Hapu»⁽²³⁾. O seu caso é revelador quanto ao envolvimento de elementos do exército em tarefas civis, nomeadamente nas obras públicas⁽²⁴⁾. Com efeito, Amen-hotep também ocupou o cargo de «superintendente de todas as obras do rei» e dirigiu os «trabalhos na montanha da quartzito»⁽²⁵⁾. Foi assim responsável pela organização da intensa actividade edificatória que se registou ao longo do reinado de Amenhotep⁽²⁶⁾, tendo estado associado à construção do templo de Lucsor, dos denominados «colossos de Mémnon»⁽²⁷⁾ (esculpidos em quartzito) e ainda à planificação da cidade régia de Malqata. O dignitário foi de tal modo apreciado pelo soberano que até lhe concedeu o raro privilégio de possuir um templo situado entre os santuários faraónicos na margem ocidental de Tebas.⁽²⁸⁾

Mais multifacetada e espectacular foi a carreira de Horemheb, outro «escriba do exército» que, depois de já ser «general», conseguiu, em finais da XVIII dinastia, concentrar tantos poderes nas suas mãos que, ante a extinção da linha sucessória faraónica, se veio a tornar rei⁽²⁹⁾.

Afora estes casos excepcionais, o processo mais habitual de inserção de oficiais em posições de comando na estrutura estatal egípcia consistia na atribuição de tarefas civis aos mesmos a partir da altura em que eram licenciados pelos exércitos. Parenen, por exemplo, antigo «superintendente da coudelaria real», passou a exercer o cargo de «escriba da casa de vida das Duas Terras», recebendo também a incumbência de organizar as festividades de Osíris.

Salientemos ainda outro: em diversas ocasiões, ao longo das XVIII e XIX dinastias, vários generais se viram encarregados de administrarem ou gerirem propriedades do monarca ou das mulheres da família reinante, isto além dos próprios templos régios. Por outro lado, colhem-se notícias de «escribas de recrutas» que se converteram em «administradores gerais» (*mer-per uei*). Os militares também intervieram na esfera religiosa, vários deles ocupando cargos sacerdotais. Repare-se que na autobiografia de Horemheb - bem como na sua estátua conservada no Museo Egizio de Turim - se faz expressa referência a oficiais que participaram activamente na reconstrução dos quadros do clero tradicional (mormente o de Amon) após a «heresia» atoniana.

Este fenómeno de interligação dos domínios administrativo, militar e religioso foi bastante corrente nas civilizações do antigo Próximo Oriente. No Egito, os altos funcionários omitiam, não raras vezes, os antecedentes militares da sua carreira nas listas dos seus títulos, realçando preferencialmente os cargos que haviam desempenhado na esfera civil^{<30>}.

No Império Novo, o exército não serviu apenas para dilatar as fronteiras do Egito; conduziu à formação gradual de uma espécie de «burguesia» cidadina. Através de estudos de índole prosopográfica, é possível detectar a existência de laços de «fraternidade de leite» a unir diversos oficiais superiores ao próprio rei (como o já referido caso de Amenemheb, por exemplo); no entanto, na maioria das situações, ao compulsar-se as genealogias de militares, chega-se à conclusão que apreciável número deles não tinha progenitores com títulos, ou se os tinham eram, em geral, bastante modestos.

As oportunidades de serem bem sucedidos na carreira castrense estavam estreitamente associadas à experiência acumulada na guerra ou então, à participação em campanhas conduzidas pelo próprio faraó, ocasiões ideais para se verem promovidos. Este facto ocasionou uma progressiva reestruturação da tradicional elite dirigente, no seio da qual o elemento militar veio a assumir uma proeminência nunca

antes vista⁽³¹⁾. Este processo vai tomando forma ao longo da XVIII dinastia, culminando no final desta com o general Horemheb ocupando o trono, e no início da XIX dinastia, com o advento de outros dois militares que igualmente se tornaram faraós: Ramsés I e Seti I⁽³²⁾.

O sistema social dos militares no período ramséssida

Ao longo do período ramséssida assistimos à constituição de um grupo numericamente significativo de funcionários e militares revelando variegados comportamentos sociais e culturais: na realidade, tratou-se do corolário de uma evolução que se iniciou na XVIII dinastia. Assim, o quadro que se nos oferece é o de escribas e militares que possuem carreiras e possibilidades paralelas que, por fim, até chegam a exercer funções numa área comum. Mas nem por isso deixou de haver clivagens e tensões entre uns e outros, facto, aliás, das quais existem reflexos manifestos em diversos textos didácticos e exercícios, onde os escribas enfatizam um antigo tema da cultura sapiencial egípcia, isto é, o da apologia da superioridade de quem sabia manejar o cálamo em relação a todas as demais profissões. Significa, afinal de contas, um retomar da linha conceptual da chamada «Sátira dos Ofícios» (segundo designação de G. Maspero) ou, mais propriamente a *Instrução de Kheti*, redigida no Império Médio. Neste texto descreve-se, com uma linguagem corrosiva, a dureza e vicissitudes inerentes a actividades específicas de quase todas as componentes da sociedade egípcia. Curiosamente, de entre o rol dos ofícios apresentados, não figura o do soldado⁽³³⁾.

O certo é que essa composição continuou a ler-se nas «casas de vida», mas sofrendo algumas adições, passando a reservar-se um lugar de destaque à narração dos perigos, canseiras e frustrações da vida militar; tal é o que se assinala em vários textos satíricos desta época. Vejamos um excerto de um deles⁽³⁴⁾:

«Vem, que eu te contarei (coisas a respeito da) condição do soldado, o qual tanto padece. É trazido ainda criança para ficar confinado no acampamento. O seu corpo recebe um tratamento extremamente duro, sendo-lhe infligidas feridas nos sobrolhos. A sua cabeça é aberta com um golpe. Ele jaz no solo, é espancado como um papiro, sofre tormentos. Vem, que eu te relatarei a sua viagem a Khor e a sua marcha sobre as montanhas. As rações e a água estão sobre os seus ombros como a carga de um jumento (...) As vértebras das suas costas

estão torcidas, enquanto bebe água salobra. Pára de trabalhar (apenas) para ficar de atalaia. Quando se defronta numa batalha é como uma ave apanhada na armadilha. Quando regressa ao Egípto, é como se fosse um ramo de madeira carcomido por vermes. Encontra-se doente, a prostração invade-o. É carregado sobre um jumento e as suas roupas surripiadas por ladrões (...). Escriba Inena, não acredites na afirmação de que a profissão de soldado é mais agradável que a de escriba (...)»

Através destes textos, duas coisas saltam à vista: a imagem que o escriba pinta acerca das misérias e contrariedades do soldado peca por falta de isenção e sinceridade; porém, durante o Império Novo, estes exercícios satíricos eram fruto de uma corrente literária cujos cultores se compraziam em exagerar situações e modos de vida, na sua vertente mais negativa, bem como ridicularizar ou desvalorizar aquilo que oficialmente era apreciado. Tais ideias, segundo certos egiptólogos, perseguiriam o intuito de evitar que os aprendizes de escribas não se deixassem seduzir pelo fascínio exercido pela carreira das armas. Mas esta teoria deverá ser descartada, se nos ativermos às pesquisas mais recentes que sobre a matéria têm sido realizadas.

Na realidade, um dos pontos de partida para a compreensão dos objectivos e móveis dos autores dessas sátiras radica no processo gradual que conduziu à política faraónica de distribuição de lotes de terra a considerável número de militares. Este facto queda reflectido em vários desses textos satíricos redigidos na XIX dinastia. Estas pequenas composições, geralmente rotuladas de «miscelâneas», mostram o cenário social em que os soldados viviam^{<35>}.

As descrições onde veementemente se desaprova e desvaloriza o ofício e a vivência do homem de armas são bastante informativas, uma vez que nelas se estabelece uma separação do comum soldado de infantaria dos militares que serviam nas unidades dos carros de combate, o que é sintomático, já que os últimos se perfilavam nesta altura como membros do sector mais importante da máquina de guerra egípcia.

Será quase desnecessário dizer que os referidos textos transmitem o ponto de vista da burocracia letrada, que necessitava de criar uma espécie de barreira ideológica protectora, onde os seus representantes não se opunham propriamente à guerra, mas antes à carreira muitas vezes bem sucedida dos militares.

A este respeito, o *Papiro Anastasi III*, do qual atrás apresentámos um elucidativo trecho, afigura-se um dos mais paradigmáticos na exploração dos temas e motivos correntes desenvolvidos pela hierarquia

dos escribas-burócratas patenteando a sua antipatia face aos soldados⁽³⁶⁾: na primeira secção do texto descreve-se o rapaz que se vê recrutado a fim de se tornar soldado de infantaria no exército; em primeiro lugar, é enviado para um aquartelamento do Estado, onde recebe a instrução militar, no decurso da qual está sujeito a uma disciplina férrea, sendo espancado não raras vezes, por razões quase insignificantes ou infracções menores. Depois, é mandado em missão para a Ásia. Neste ponto, importa ressaltar que as actividades bélicas no estrangeiro que surgem nestes textos se desenrolam invariavelmente em paragens setentrionais no Norte. A Núbia não era digna de referência porque lá, durante o período ramsésida, os perigos eram praticamente inexistentes. Na Ásia, o soldado efectua patrulhas constantes e encontra-se quase sempre no limite das suas forças. A visão que o autor da sátira nos transmite do infante egípcio é a de um ser humano que está confinado a uma condição em que se assemelha a um animal de carga. Quando, por fim, regressa ao Egipto, as suas débeis condições físicas reduzem-no a um farrapo; até se vê despojado das suas roupas, que são roubadas.

Também se reveste de interesse uma breve notícia (a que atrás aludimos) contida no *Papiro Bologna* 1094 - alguns dos jovens que em princípio se destinariam ao sacerdócio eram por vezes recrutados para o serviço militar, mesmo havendo ordens em contrário do vizir⁽³⁷⁾. Esta fonte, além de nos esclarecer um pouco quanto ao estatuto do soldado de infantaria, também manifesta a necessidade cada vez maior que o Estado experimentava em obter acrescidas levas de tropas, servindo-se, para o efeito, de meios ilícitos.

O segundo grupo a ser satirizado é o dos combatentes que servem nos carros de guerra. Neste caso, porém, o autor do texto tem mais cuidado naquilo que afirma e critica. Em geral, graças à influência ou conhecimentos das suas respectivas famílias, os indivíduos que integravam as unidades dos carros de combate pertenciam a um nível social superior aos da infantaria. Os recrutas eram adscritos às coudearias régias. Aí obtinham os cavalos. Assim, vemos que pelo menos os equídeos pertenciam ao Estado, não sendo comprados e vendidos em mercados. A falta de habilidade do homem em andar a cavalo é, na sátira, menos significativa que a sua inaptidão na condução do carro de combate. No texto, com efeito, o auriga acaba por ficar estropiado por não conseguir controlar os solípedes atrelados ao veículo.

Existe ainda outro exemplo textual inserto no *Papiro Lansing* que se afirma mais claro na marcação da distância social entre o escriba

letrado e o soldado, indivíduo sujeito a toda a espécie de fadigas e contrariedades*³⁸. Nesta composição satírica, o infante aparece no último degrau da escala hierarquizada dos burocratas militares. Ele é convocado para servir na Ásia, recebendo as suas armas em Silé. Já no estrangeiro, as longas marchas, o consumo de água salobra e os confrontos bélicos, mesmo que se limitando a urna série de escaramuças e recontros, esgotam sucessivamente o soldado. Não obtém glória em nada do que faz, mas só exaustão e doenças.

Outras sátiras salientam que a verdadeira vida de um guerreiro que operasse na infantaria se reduzia a incursões contra inimigos que se escondiam nas montanhas, apenas se revelando perigosos nas zonas onde o controlo egípcio já não era efectivo. Assim, não havia grandes campanhas nem proezas heróicas na sua periclitante existência. Além disso, não ganhava quaisquer recompensas, fossem materiais, fossem a nível de prestígio ou reputação.

É certo que a classe dos escribas destaca outras profissões nessas «miscelâneas», as quais também considera desprezíveis e sem quaisquer possibilidades de êxito. O significado de todos estes juízos negativos e preconceituosos rumam numa só direcção: o objectivo maior reside na ênfase conferida à qualidade superior do funcionário letrado, que, de acordo com uma das fontes referidas, não tem de obedecer a ordens nem realizar esforços físicos⁽³⁹⁾. Na apreciação dos ofícios, até o superintendente das coudelarias não é merecedor de reconhecimento, também não escapando à crítica o grupo social dos sacerdotes menores.

No entanto, se bem que as sátiras já constituíssem um género textual popular na classe letrada egípcia desde, pelo menos, princípios da XII dinastia, no período ramsésida a inclusão do ofício das armas é um elemento novo. Consequentemente, estas composições têm que ser perspectivadas de acordo com o diferente tipo de sociedade, existente sobretudo a partir da XIX dinastia, na qual a carreira militar se tornaria num fenómeno assaz significativo.

A burocracia administrativa do Império Novo, especialmente no período ramsésida, incluía, cada vez em maior número, militares. Ora era precisamente esta crescente importância deste ramo castrense, a operar no próprio sistema administrativo estatal, que levou a que na literatura coeva se produzissem virulentos ataques contra essa espécie de «corporação» castrense.

No Império Médio, em particular na XII dinastia, fase em que o exército ainda não era tão importante, o ofício das armas não é objecto

de críticas desse tipo em textos satíricos. Mas no Império Novo passaram a ser quase um lugar comum. De facto, ao lado dos funcionários civis, foi recrudescendo a presença e a influência dos militares. Os textos que temos vindo a evocar não eram escritos para dissuadir os jovens a não enveredar pela carreira das armas: na realidade, redigidos, copiados e lidos pelos burocratas letrados, tais sátiras destinavam-se, acima de tudo, a incutir na elite dos escribas a consciência de que formavam uma «corporação» radicalmente diferente e mais evoluída do que a dos militares.

É evidente que nesses textos muitas facetas da vida dos escribas eram omitidas ou até distorcidas, haja em vista a flagrante mentira de o escriba ser uma pessoa totalmente independente. Não acatava ele as ordens dos superiores? Além do mais, as descrições que se oferecem dos padecimentos e vicissitudes do homem que serve no exército revelam-se indiscutivelmente exageradas. Mas este exagero perseguia a finalidade de mais acentuar o contraste entre a existência do soldado e a do escriba.

Torna-se pertinente aqui realçar que os autores e os donos de muitas dessas «miscelâneas» eram predominantemente funcionários do tesouro. Seria apenas neste sector da administração real que prevaleceria uma forte antipatia face aos militares? Lamentavelmente, não é possível facultar uma resposta concreta e linear. Seja como for, a intensidade acutilante observável nas críticas exaradas nos textos deixa pouca margem para dúvidas de que esses funcionários deviam encarar os vulgares soldados rasos como seres inferiores e quase abjectos. Contudo, nas «miscelâneas» deparemos com outras secções (não satíricas) onde se relatam, de maneira sóbria e realista, os eventos bélicos. Estes factos, todavia, não constam nas sátiras.

No momento histórico em que os textos satíricos foram elaborados, no Egipto já se tinha consumado a consolidação dos altos postos castrenses. Importa lembrar que no período de Amarna se registaram algumas alterações que contribuíram para o desenvolvimento dessa evolução. No entanto, a premente necessidade de lidar com a situação asiática de forma mais eficaz fez com que tivesse de existir na Palestina um sistema de controlo administrativo mais directo. Assim, o papel dos filhos dos reis egípcios, os «marechais», e dos seus superiores no teatro de operações, os generais, foi aumentando desde meados da XVIII dinastia até que, mais tarde, se estabeleceu solidamente.

Capta-se outro sintoma do processamento desta mudança social na conexão entre os príncipes herdeiros e os carros de combate, além

da associação de várias famílias particulares ao cargo de «vice-rei» de Kuch⁽⁴⁰⁾. Repare-se que, a partir de finais da XIX dinastia e ao longo da XX, abundam muitos testemunhos epigráficos de príncipes ocupando o posto de «marechal». Entre eles, sobressaem os futuros Ramsés VI e Ramsés VIII, mas igualmente um filho de Ramsés IX, um general e o primogénito de Herihor (finais da XX dinastia) que veio a ser «marechal». Assim, as conexões dos mais altos funcionários do Estado egípcio ao tempo continuaram a prevalecer, ao passo que os «vice-reis» do período ramséssida estavam, por seu lado, intimamente ligados às unidades de elite dos carros de combate.

No *terminus* da XX dinastia, Herihor e Piankhi, o seu temporário sucessor, eram ambos generais. Mas muitos oficiais do exército detinham também funções na administração de templos. Este facto detecta-se com mais nitidez nos reinados de Ramsés II e de Merenptah. Um tal Mai, que, em abono da verdade, não seria um guerreiro na pura acepção da palavra, estava também incumbido de obras edificatorias e da supervisão dos sacerdotes de um templo.

Por seu turno, outros oficiais, das camadas intermédias da hierarquia militar, exerciam funções civis e/ou religiosas em Karnak e em Mênfis. Com a XX dinastia, e num movimento que se prolongou até princípios do Terceiro Período Intermediário, não será incorrecto afirmar que a integração dos militares no Estado se tornou cada vez mais habitual. É certo que este fenómeno já se verifica sob Amen-hotep II e Amen-hotep III, na segunda metade da XVIII dinastia, mas numa escala mais reduzida.

Pouco depois, sabe-se que Ameneminet, uma espécie de «generalíssimo» e sucessor de Horemheb, se achava associado a um templo de Tutmés II, além de outros indivíduos que, conquanto não tão bem posicionados, conseguiram ter êxito nas suas carreiras principalmente devido aos conhecimentos que as suas famílias possuíam no meio sacerdotal. Mas, no período ramséssida tardio, a sociedade egípcia estava a ficar cada vez mais militarizada.

São relativamente fáceis de perceber as razões que conduziram a que os oficiais do exército exercessem funções ou cargos civis: a sua destreza e experiência na gestão de uma grande organização tornavam-nos quase automaticamente elegíveis para posições administrativas⁽⁴¹⁾. Eles não teriam dificuldade em aplicar os seus conhecimentos práticos em tarefas de construção de edifícios ou monumentos, já que eram projectos para os quais se afigurava fundamental a chefia de elevado número de obreiros. Seja como for, em termos

globais, a oficialidade não real tendia a permanecer no exército, embora saibamos que vários governadores provinciais tivessem sido homens de armas, alguns deles com um longo e diversificado *cursus honorum*.

Na segunda parte da XIX dinastia, assiste-se a uma inegável aceleração da presença militar na estrutura social do Estado egípcio. O crescente poder do Alto Egípto, com o seu centro em Tebas (Uaset), significava que o sumo sacerdote de Amon teria de ser um militar. Piankhi, o sucessor de Herihor em Tebas, era um general e, ao mesmo tempo, um sacerdote. O seu contemporâneo Panehesi, que mais tarde se opôs ao Estado, também fora um senhor da guerra.

No final da XX dinastia, muitos destes indivíduos de elevado estatuto possuíam uma série quase infindável de títulos militares, dando a ideia de que os acumulavam a seu bel-prazer. Debrucemo-nos sobre Herihor: era general e comandante de expedições guerreiras; a certa altura, assumiu o controlo da Núbia e aí ficou a governar. No entanto, os seus poderes sacerdotais enquanto dirigente supremo do clero de Amon sob Ramsés XI eram tão ou mais importantes e decisivos do que os militares. Este homem não só governou toda a província da Núbia, mas também chegou a controlar o Alto Egípto graças à autoridade que lhe advinha da acumulação de altas funções militares e religiosas. Depois dele, tornou-se sumo sacerdote de Amon Piankhi, igualmente general.

A partir da XX dinastia, com efeito, após a morte de Ramsés III o grau de particularismo e de ascendência dos militares passou a ser cada vez maior. Neste momento histórico, o sector preponderante do exército estava concentrado no Egípto, devido à inevitável perda do «império» asiático. A este respeito, o *Papiro Wilbour* é ilustrativo quanto à implantação dos militares no país nilótico, embora nos ofereça apenas uma visão parcelar, dado que nos mostra a presença de elevado número de «mercenários» Cherden⁽⁴²⁾ (ou Chardana) e soldados autóctones estabelecidos no Médio Egípto (que não serve de amostra aplicável ao que sucedia em todo o país), aí subsistindo das terras agrícolas de que eram proprietários⁽⁴³⁾.

Para compreendermos minimamente esta situação, importa ter em conta a conjuntura depois da última grande guerra travada no tempo de Ramsés III⁽⁴⁴⁾: na Ásia, os «Povos do Mar», incluindo os Pelechets-Filisteus, tiveram a possibilidade de se fixar na costa meridional da Palestina. Mais tarde, conseguiram estender a sua influência para o interior, mas mesmo na primeira etapa referida, a sua capaci-

dade interventora já tinha superado a do faraó. Aos poucos, o sistema de protectorado «imperial» do Egipto na Ásia foi-se debilitando ao longo dos reinados de Ramsés IV, Ramsés V e Ramsés VI, isto é, no espaço de vinte anos, pelo que as repercussões foram significativas. As tropas egípcias e os seus contingentes de «mercenários» já não combatiam nessas paragens, fosse em simples recontros ou em conflitos de maior envergadura. Consequentemente, os soldados passaram a permanecer no Egipto.

Não admira, então, que o Estado egípcio comportasse no seu território grande quantidade de homens de armas que, embora ainda fossem empregues para eliminar distúrbios esporádicos na Núbia, começaram principalmente a controlar a política interna. Paradigmática neste sentido foi a tentativa do «vice-rei» Panehesi, sob Ramsés XI, no intuito de adquirir para si próprio um domínio, senão mesmo um reino. Contudo, os seus propósitos vieram a fracassar, mas apenas - sublinhe-se - face à pressão exercida pelos sumos sacerdotes de Amon que eram, também, militares. Neste caso, ao faraó, Ramsés XI, restava-lhe apenas a possibilidade de enviar as suas tropas para montante para socorrer os súbditos que, virtualmente, lhe eram leais.

Mas, em termos práticos, a máquina militar sofreu um fenómeno de «introversão», o que se assinalou com particular acuidade quando os Libios ainda continuavam a infiltrar-se no vale do Nilo. Estes vieram a afectar sobretudo a área tebana no reinado de Ramsés IX, mas já antes, sob Ramsés VI, se tinham tornado factores de diversos problemas. Aproximadamente pela mesma altura, temos notícia de um assentamento de libios Machauach⁽⁴⁵⁾ no Delta.

É sabido que muitos libios abraçaram a carreira das armas, o que não causa estranheza: embora se conservem escassos dados, existem os suficientes para que concluamos que para os guerreiros libios a máquina de guerra egípcia representava a única via onde podiam exercer o seu ofício e subsistir; além disso, o Estado ainda dispunha de ampla oferta no tocante às suas forças armadas. Repare-se que Herihor, por exemplo, tudo leva a supor que tinha sangue libio. Se observarmos atentamente o desenvolvimento conjuntural do Egipto no final da XX dinastia, depreendemos que a influência deste grupo étnico ainda foi maior. Quais terão sido os motivos que ocasionaram tal fenómeno?

Os factores de ordem demográfica são frequentemente citados como constituindo a principal causa que impeliu os Libios na sua deslocação para leste. A pressão constante por eles exercida, que resultou,

pelo menos, em quatro grandes guerras no decurso do período ram-séssida, não chegou a desaparecer depois do falecimento de Ramsés III. A este respeito caberá ainda salientar que a casa reinante de Bubástis, que no final da XXII dinastia se apoderou do Egipto, não só era libia na sua origem como também tinham um forte substrato militar. Os clãs tribais libios foram persistindo, ao manterem a sua identidade étnica, tanto através dos seus nomes como da prática da endogamia (ainda que não de maneira verdadeiramente sistemática).

Contudo, interessa-nos aqui aflorar outros aspectos. Seria o número de soldados egípcios autóctones relativamente pequeno em meados da XX dinastia? E, mesmo que incluamos os «mercenários» chardanos e os núbios no cômputo geral, qual seria a população do Egipto *vis-à-vis* os soldados profissionais neste período? Tanto quanto se sabe, em finais da XX dinastia ter-se-á registado um decréscimo de habitantes - de cerca de 3 milhões terá baixado para 2,9 milhões⁽⁴⁶⁾. Havia uma forte tendência para a urbanização, assim como fluxos migratórios dos meios rurais rumo às zonas mais densamente povoadas. No entanto, na mesma altura aparentemente, assistiu-se a um crescimento das localidades do Delta; ora foi principalmente na região ocidental do Delta que os libios se fixaram e depois se vieram a expandir para sul.

É provável que o limite máximo da população nativa tenha sido atingido na XVIII dinastia. Depois, durante a XX dinastia, observou-se um ligeiro declínio, quando os libios começaram a residir no Egipto.

No final da XX dinastia, a situação militar sofreu nova mudança, passando o Alto Egipto a ficar essencialmente nas mãos dos sumos sacerdotes de Amon. A capacidade que estes evidenciavam na administração das *sepaut* meridionais do Egipto, bem como das parcelas centrais do vale do Nilo, fundamentava-se enormemente na sua preparação militar. Não apenas os seus títulos reflectem esse fenómeno, mas as próprias carreiras de homens como Herihor e Piankhi exemplificam o novo carácter desta fase histórica. No Norte, especialmente no Delta Ocidental, alguns chefes libios foram-se estabelecendo em vários distritos. A base social destes indivíduos, como atrás referimos, manifesta um forte cariz militarista. É certo que os libios só vieram a impor-se e a triunfar em finais da XXI dinastia, mas, ainda assim, a sua importância foi recrudescendo ao longo da XX dinastia.

A vertente «localista», igualmente, desempenhou um papel crucial na consolidação desses clãs: virados para eles próprios, esses militares foram singrando dentro das suas áreas de influência e em

regiões como Bubástis ou, mais tarde, em Sais, centros onde vieram a predominar os libios. Em suma, o tipo de sociedade militar observável nos derradeiros tempos do Império Novo consistiu numa forma estrutural ainda mais acentuada do que a detectável ao longo da XIX dinastia e da XX⁽⁴⁷⁾.

Para terminar esta nossa abordagem, recapitulemos as principais forças sociais que, sob o ponto de vista militar, estiveram em acção no Egípto. A estrutura que Ahmés recebeu como herança no início do Império Novo caracterizava-se por um *ratio* com um índice de participação militar ainda relativamente baixo. Havia também um elevado grau de subordinação: os soldados de infantaria, os oficiais subalternos e os generais estavam dependentes, em última instância, do seu líder guerreiro, que era igualmente o rei. Sublinhe-se, todavia, que em nenhuma altura desta época, mesmo no seu final, se poderá afirmar que o Egípto comportava uma sociedade guerreira⁽⁴⁸⁾. E, se bem que a coesão da classe militar fosse sólida e denotando bons moldes organizativos, o estatuto ou condição dos homens de armas permaneciam vinculados à sociedade civil. Nesta configuração, a dependência dos mesmos face à posse de terras talvez tenha sido o factor-chave. Os textos satíricos anti-militares da XIX dinastia mostram que a base da hierarquia castrense provinha das cidades, tal como acontecia noutras profissões, desde a dos escribas ou a do clero.

Existiam, no entanto, centros com nítida preponderância de militares, pelo menos entre os «mercenários» chardanos, bem como de tropas nativas. Tal é o que mais avulta no referido registo cadastral contido no *Papiro Wilbour*, embora este documento date de meados da XX dinastia, pelo que revela apenas uma amostra da situação de proprietários militares de lotes agrícolas perto da fase final do período em apreço. Consequentemente, o exemplo que tal fonte nos proporciona não deverá ser aplicável a fases anteriores do Império Novo. Na abalizada opinião de A. J. Spalinger, no começo desta época existiria possivelmente uma predominância de guerreiros da antiga região tebana da XVII dinastia. Mais tarde, como vimos, a arma dos carros de combate passou a destacar-se, pelo menos no tocante ao superior estatuto social dos militares que nela serviam. Mas, mesmo na XVIII dinastia, a existência de uma carreira militar não se distinguia cabalmente das profissões civis. Só na segunda metade dessa dinastia, e depois sofrendo novo impulso no período de Amarna, é que o sector de veículos do exército se tornou numa espécie de «corporação» quase autónoma.

Foi neste contexto que surgiram então as críticas cáusticas e mordazes pelo cálamo dos escribas, desvalorizando o ofício do soldado. Assim, não foi uma simples coincidência que tais textos tenham conhecido expressão mais palpável em meados da XIX dinastia: tratou-se de uma fase em que o Estado egípcio se viu coagido a esforçar-se ao máximo, com vista a enfrentar a ameaça dos Hititas e, subsequentemente, tentando solucionar os graves problemas tanto na Palestina como na Líbia. De tudo isto resultou uma máquina bélica ainda mais imprescindível para a própria sobrevivência do Estado faraónico. A presença dos chardanos, actuando como unidades separadas no exército, enfatiza ainda mais a crescente dependência do Egipto ramsésida em relação aos militares, mesmo sendo muitos destes étnicamente diferentes dos Egípcios.

A mobilidade, em termos de ascensão social dos homens de armas, só pode rastrear-se, com algum rigor, no seio da cúpula do exército. Seja como for, a estrutura básica do Egipto não mudou apreciavelmente até finais da XX dinastia e, mesmo a partir daí, o «esqueleto» essencial do Estado permaneceu mais ou menos inalterado. Não teve lugar qualquer tipo de revolução social, o que se deveu certamente à estrutura pré-existente de um reino poderoso e socialmente hierarquizado.

A organização militar egípcia coexistiu com uma sociedade cuja unidade interna se compunha de vários elementos. Os sacerdotes e os funcionários/escribas eram duas vertentes desse conjunto. O estrato mais privilegiado não consistia apenas em militares.

No entanto, com o Terceiro Período Intermediário, ocorre uma mudança de ênfase. Talvez não seja incorrecto rotular o período que vai da XXII dinastia à XXIV como «semi-feudal», em que no país nilótico os guerreiros libios, agora disseminados por uma área relativamente vasta e após um processo de miscigenação com os autóctones, começaram a emancipar-se da tutela faraónica. É algo que se torna mais evidente durante a XXII dinastia, palco do enfraquecimento cada vez mais acentuado do controlo político central. Neste âmbito, há que não olvidar que estes militares de ascendência líbia, detentores de grande influência no Delta, se encontravam no estrato privilegiado da sociedade egípcia.

A nível global da XVIII dinastia à XIX, o rei foi o líder guerreiro supremo no Egipto do Império Novo. Governou como entidade cimeira tanto sobre os militares como sobre os seus funcionários civis e sacerdotes. Afinal não era ele o filho de Amon, a divindade maior do

Egipto no período da sua maior expansão territorial além fronteiras? Contudo, o que sucederia quando as guerras cessassem e o monarca já não fosse encarado como o «campeão» do seu Estado?

Este aspecto, porventura expresso numa linguagem demasiado actual, serve, todavia, para resumir nas suas grandes linhas, o papel do faraó após a morte de Ramsés III. Terá sido uma mera casualidade que o último soberano do Império Novo tenha visto o seu controlo temporal e, extensivamente, o seu papel militar, serem substituídos por novos homens do Sul, como Herihor? Com a «teocracia» da XXI dinastia, os sumos sacerdotes de Amon, embora longe de repetirem as campanhas grandiosas dos anteriores monarcas, nem por isso deixaram de se mostrar zelosos gestores e de deterem grande parte do controlo militar no Sul do Egipto. A partir da morte de Ramsés XI, os membros da classe castrense começaram, no entanto, a formar um conjunto de dirigentes que se foi apartando da vida civil, bem mais do que acontecera anteriormente.

Conclusão

Com este breve apanhado, tentámos captar vários significados sócio-culturais da vida e do papel do militar no antigo Egipto durante o Império Novo. Nesta segunda parte, incidimos sobretudo no período ramsésida tardio, por se tratar de uma fase ainda mal conhecida. A existência e a condição do homem de armas no seio da sociedade estavam longe de ser tão opressivas e negativas como se observam através dos textos satíricos da XIX dinastia, que traçam uma imagem deliberadamente distorcida da vida do soldado. Na realidade, a situação dos oficiais egípcios era até invejável: na repartição de despojos ou presas de guerra ficava-lhes reservada uma parte substancial (em escravos, armas e outros produtos); também recebiam doações de terras, hereditariamente transmissíveis aos primogénitos, rendas agrícolas e beneficiavam, em regra, de isenção de impostos.

Mesmo aqueles pertencentes aos escalões inferiores do exército possuíam uma existência relativamente estável (afora os riscos inerentes à guerra), raramente passando por privações, pelo menos a nível alimentar. Com efeito, mesmo na reserva ou em tempo de paz, tinham uma ração feita à base de uma dose de pão, carne, verduras e algo doce, tinham direito a um quinhão no produto do saque por ocasião das campanhas⁽⁴⁹⁾ e, em diversos casos documentados, como

atrás vimos, até recebiam lotes de terra. Facilmente se chega à conclusão de que o militar desempenhou um papel fulcral na civilização nilótica, assumindo-se como protagonista em períodos de crise ou de convulsão da história egípcia.

Seja como for, o país das Duas Terras legou para a posteridade uma imagem onde avultam ideais como os da ordem, da convivência pacífica, da justiça e da sabedoria, em suma, uma civilização altamente requintada onde a violência não surge como característica definidora. Daí que muitos dificilmente vejam no Egito uma potência militarista da Alta Antiguidade, ainda que, em abono da verdade, a força das armas tenha sido essencial e manifesta no âmbito da política expansionista conduzida por monarcas como Tutmés III, Amen-hotep II, Tutmés IV, Seti I, Ramsés II, Merenptah ou Ramsés III, o derradeiro grande representante do poder faraónico.

Nesta época, os militares chegaram a formar mais uma espécie de «corporação» e não tanto uma «casta» ou «aristocracia de espada»⁽⁵⁰⁾, granjeando de razoável popularidade ao longo das XVIII e XIX dinastias e, a partir sobretudo da XX, funcionando como peça fundamental e muitas vezes decisiva na estabilidade política interna, na preservação da integridade territorial egípcia e na gestão económica do Egito.

Notas

(1) Em combate, como prova da morte de um oponente, os egípcios tinham por hábito cortar a mão direita ao cadáver. Para além de testemunhos textuais como este, também existem várias representações desta prática nos relevos do Império Novo, sobretudo no grande ciclo de imagens subordinadas à batalha de Kadech.

(2) O chamado «ouro de bravura ou valentia» constituía uma espécie de medalha em reconhecimento pelos serviços prestados.

(3) Cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature. Volume II: The New Kingdom*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 1976, pp. 12-15. Ahmés serviu como militar os reis Ahmés, Amen-hotep I e Tutmés I, tendo participado activamente na guerra contra os Hicsos, em três campanhas na Núbia e numa na Síria. A autobiografia - descoberta no interior do seu túmulo em El-Kab, a antiga Nekheb - deste oficial foi publicada pela primeira vez por V. LORET (*L'inscription d'Ahmés fils d'Abana*, Institut Français d'Archéologie Orientale, Cairo, 1910) e, mais recentemente, mereceu comentários relativamente pomnoriçados na monografia de C. VANDERSLEYEN, *Les Guerres d'Amosis, fondateur de la XVIIIe dynastie*, Bruxelas, Monographies Reine Elisabeth, I, 1971, pp. 17-21. Consulte-se também A. Gros de BELER, *Les Anciens Égyptiens. Guerriers et travailleurs*, Paris, Éditions Errance, 2006, pp. 272.

(4) Descoberta no seu túmulo (n.º 85) situado em Cheikh Abd el-Gurna.

(5) Urge tomar em consideração o simbolismo inerente à «mosca», que tinha um valor simultaneamente profilático e protector. Quando um militar era agraciado com um colar de moscas de ouro, chamado «Colar da Mosca da Coragem», tal significava uma das máximas condecorações que poderia receber do faraó. Não espanta, pois, que a ela aludissem e representassem visualmente nos seus túmulos privados. No Império Novo, por ocasião de certas cerimónias solenes, o rei condecorava os seus oficiais com a «Ordem da Mosca Dourada» e com a «Mosca da Coragem»: cf. J. das Candeias SALES, «Exército», *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, p. 354; R. G. MORKOT, «Flies», in *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, Lanham (Maryland)/Oxford, The Scarecrow Press, 2003, p. 86: «The gold fly was given as a military decoration and reward, presumably because the insect's persistence symbolized a soldier's valor. Flies are specified as rewards in the inscription of Ahmose-pen-Nekhet».

(6) Cf. R. G. MORKOT, *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, pp. 12-13. Eis uma passagem da autobiografia de Amenemheb, com base na tradução de C. LALOUETTE, *Thèbes ou la Naissance d'un Empire*, Paris, Flammarion, 1995, p. 294: «J'assistai à un autre exploit accompli par le Seigneur des Deux Terres, à Niy. Il chassait cent vingt éléphants, à cause de leurs défenses; je m'emparai du plus grand de ces animaux qui s'était attaqué à Sa Majesté. Je coupai sa main (la trompe), alors qu'il était encore vivant devant le roi, tandis que je me tenais dans l'eau entre deux rochers. Mon Seigneur royal me récompensa avec de l'or et me donna (...) trois vêtements et cinq paires (de sandales)».

(7) Cf. C. LALOUETTE, *Thèbes ou la Naissance d'un Empire*, p. 337.

(8) Veja-se B. PORTER e R. L. MOSS, *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic texts, reliefs and paintings, I. The Theban Necropolis, Part 1. Private tombs*, Oxford, Griffith Institute, 1939, p. 21 ss.

(9) Quanto a este topónimo (correspondente à actual Jaffa), a maior parte dos autores emprega a forma helenizada de Joppe. A bem do rigor, preferimos utilizar o vocábulo egípcio para tal cidade.

(10) Seguimos a tradução de L. M. de ARAÚJO, «A Tomada de Ipu», inserta em *Mitos e Lendas do Antigo Egipto*, Lisboa, Livros e Livros, 2005, pp. 215-216 (além dos elucidativos comentários - pp. 216-218). Para outras versões: W. K. SIMPSON, R. O. FAULKNER e E. F. WENTE Jr, *The Literature of Ancient Egypt An Anthology of Stories, Instructions, and Poetry*, New Haven / Londres, Yale University Press, 1973 (2.ª edição ampliada e revista), pp. 81-84; P. GRANDET, *Contes de l'Égypte ancienne*, Paris, Editions Khéops, 2004, pp. 85-87. Veja-se também o artigo de H. GOEDICKE, «The Capture of Joppa», *CdÉ* 43 (1968), 219-233. Recorde-se que existe outro texto (fragmentário) de ficção histórica relativo à actividade bélica de Tutmés III, elaborado aparentemente na época ramsésida: G. BOTTI publicou-o no artigo «A Fragment of the Story of a Military Expedition of Thutmose III to Syria», *JEA* 41 (1955), 64-71.

(11) O seu nome completo seria decerto Djehutinakht, no conto aparecendo sob a forma abreviada Djehuti. Para mais informes sobre a carreira deste bem sucedido homem de armas, cf. A. KADRY, *Officers and Officials in the New Kingdom*, Budapeste, U. Luft, 1982, p. 43ss. Trata-se de um estudo prosopográfico em que o autor analisa, de forma quase exhaustiva, as carreiras de grande número de funcionários e oficiais que pertenceram à administração central durante a XVIII, XIX e XX dinastias.

(12) Cf. N. de Garis DAVIES, e A. GARDINER, *The Tomb of Menkheperasonb, Amenmose and another (nos 86, 112, 42, 226)*, *TTS V*, Londres, The Egypt Exploration Society, 1933, pl. XXXVI. Aproveitamos o ensejo para aqui agradecer a R. Parkinson pelo facto de nos enviar fotocópias desta obra.

<¹³ Cf. C. LALOUETTE, *L'Empire des Ramsés*, Paris, Fayard, 1985, p. 377. O vermelho (*decher*) era uma cor que, associada ao fogo e ao sangue, simbolizava também a vida e a regeneração, além de se reportar de igual modo às perigosas forças situadas fora do cosmos ordenado egípcio. Segundo R. H. WILKINSON, «Red could thus be used to signify anger, destruction, and death, and expressions such as *desher ieb* "furious", and *desheru* "wrath", are formed from the basic word for this color». Estava igualmente conectada com o deus Set, de quem se dizia ter os olhos e cabelo vermelhos: cf. *Symbol & Magic in Egyptian Art*, Londres, Thames & Hudson, 1999, pp. 106-107.

(¹⁴ Cf. C. LALOUETTE, *Thèbes ou la Naissance d'un Empire*, p. 341.

(¹⁵ Repare-se, aliás, que em certos textos faraós como Ramsés II ou Ramsés III se comprazem em alardear as vantagens, benesses e honrarias que proporcionavam aos seus militares. Que elas foram uma realidade, provam-no as numerosas estelas que a Ramsés II dedicaram os soldados, onde o soberano aparece, quase invariavelmente, na condição de uma divindade. Cf. S. 'IBADA AL-NUBI, «Il Soldato», in S. DONADONI (dir.), *L'Uomo Egiziano*, Roma/Bari, Gius. Laterza & Figli, 1990, p. 150.

<¹⁶ *Papiro Anastasi I* (BM 10247), fonte da XIX dinastia. Existem duas boas traduções do texto, uma em inglês, e a outra em alemão, respectivamente: J. R. PRITCHARD (ed.) *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament*, Princeton, Princeton University Press, 1969, pp. 475-479; H. W. FISCHER-ELFERT, *Die satyrische Streitschrift des Papyrus Anastasi I*, Wiesbaden, Otto Harrassowitz Verlag, 1986; esta obra, além de conter a transcrição, transliteração e tradução do papiro, possui abundantes notas críticas (cf. pp. xvi-xix).

(¹⁷ A. R. SCHULMAN, *Military Rank, Title, and Organization in the Egyptian New Kingdom*, Berlim München Ägyptologische Studien / B. Hessling Verlag, 1964: cf. «Military scribes», pp. 62-66.

(¹⁸ Para mais pormenores, cf. A. J. SPALINGER, *Aspects of the Military Documents of the Ancient Egyptians*, New Haven, Yale University Press, 1982, pp. 73-75.

(¹⁹ G. HUSSON e D. VALBELLE, *L'État et les Institutions en Égypte*, Paris, Armand Colin, pp. 144-145.

(²⁰ A este respeito, lembremos que vários dos oficiais egípcios a quem se incumbiam missões diplomáticas rumo à Síria, tinham aí prestado serviço militar, pelo que conheciam bem essa região.

(²¹ Tradução de R. A. CAMINOS: cf. *Late Egyptian Miscellanies*, Londres, Brown Egyptological Studies I / Oxford University Press, 1954, pp. 108-113.

(²² Assunto que abordámos na primeira parte deste estudo.

<²³ Cf. A. R. SCHULMAN, *Military Rank, Title*, p. 63ss. Também, E. L. B. TERRACE e H. G. FISCHER, *Treasures of the Cairo Museum. Catalogue*, Londres, British Museum Press, 1970, no. 25, pp. 117-120.

<²⁴ Na referida carta de Hori surgem várias menções a soldados participando em expedições de extracção de pedra (hábito já observável no Império Antigo), e até a erguerem obeliscos.

(²⁵ O actual Djebel el-Ahmar, nas proximidades do Cairo.

(²⁶ Para mais dados sobre os monumentos e a arte no tempo de Amen-hotep III, veja-se o catálogo de A. KOZLOFF e B. BRYAN, *Egypt's Dazzling Sun: Amenhotep III and His World*, Bloomington/Cleveland, 1992.

(27) A este respeito, veja-se um artigo recente de H. SOUROLZIAN, «The Colossi of Memnon & Amenhotep III Temple Conservation Project», *KMT. A Modern Journal of Ancient Egypt*, vol. 14 /1 (2003), 35-42.

(28) Não tardou a que viesse a ser divinizado. O seu culto, que mais tarde passou a ser designado pelo nome helenizado de Amenothés Paapis, chegou a perdurar até ao período romano. Cf. D. WILDENG, *Imhotep und Amenhotep: Gottwerdung im Alten Ägypten*, Berlim, Münchner Ägyptologische Studien 36 / B. Hessling Verlag, 1977 (obra que já foi traduzida para inglês com o título *Egyptian Saints: Deification in Pharaonic Egypt*), p. 79. Consultémos, no entanto, o original em alemão.

(29) Pertencente a uma obscura família oriunda de Heracleópolis, Horemheb constitui um dos melhores exemplos de um homem que subiu a pulso na vida, vindo a ocupar lugar preponderante na sociedade egípcia coetânea, graças às suas óbvias qualidades de liderança. Começou a singrar ainda no reinado de Ámen-hotep IV / Akhenaton, vendo consolidadas as suas responsabilidades na estrutura castrense no decurso do breve reinado de Semenkharé. Foi, como é sabido, sob Tutankhamon, que Horemheb logrou tomar-se no principal general do exército egípcio. Durante a menoridade do jovem rei, actuou como regente e conduziu campanhas na Núbia e no Norte. Toma-se por demais evidente que, não obstante haver servido Akhenaton, foi dos altos funcionários que mais pugnou pelo retorno ao culto de Amon. Após a morte de Tutankhamon (em resultado de um acidente ou de assassinato, não se sabe ao certo), Horemheb não se terá oposto à ascensão de Ai, outro dos principais dignitários, ao trono, talvez até porque este último já tinha idade avançada, tudo levando a crer que não reinaria por muito tempo. Foi precisamente o que aconteceu: Horemheb veio a ser proclamado soberano do Egipto, pouco depois do falecimento de Ai. O seu reinado caracterizou-se por um grande vigor e pela reinstalação da ordem no país; fazendo uso da experiência obtida no ofício das armas, suprimiu o culto atoniano e combateu, com medidas coercivas, a corrupção e a incompetência, fenómenos que haviam recrudescido durante os reinados precedentes. Horemheb reinou 28 anos, sendo sucedido por um indivíduo igualmente procedente do exército, Ramsés I. Sobre a sua vida e carreira, veja-se R. HARI, *Horemheb et la reine Moutnedjemet, ou la fin d'une Dynastie*, Genebra, Éditions de Belles-lettres, 1965, pp. 24-57; G. T. MARTIN, *The Hidden Tombs of Memphis. New Discoveries from the time of Tutankhamun and Ramesses the Great*, Londres, 2.ª edição, Thames & Hudson, 1993, cap. 3 - «The Tomb of Horemheb, Regent of Tutankhamun», pp. 35-38; D. B. REDFORD, *Akhenaten, the Heretic King*, Princeton/Nova Jérsea, Princeton University Press, 1984, pp. 216-224; por último, consulte-se ainda C. VANDERSLEYEN, *L'Égypte et la vallée du Nil. Tome 2: De la fin de l'Ancien Empire à la fin du Nouvel Empire*, Paris, Nouvelle Clio/Presses Universitaires de France, 1995, cap. IV: «La fin de la XVIIIe dynastie: Horemheb», pp. 485-490.

(30) Cf. «Rank, title and office in Ancient Egypt», in M. RICE, *Who's Who in Ancient Egypt*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2002, pp. liii-lix.

(31) «A passagem do exército para a administração converte-se então num facto normal, num instrumento que permite ao soberano fazer as suas escolhas fora dos mecanismos da hereditariedade das funções»: cf. S. 'ISADA AL-NUBI, «Il Soldato», p. 153.

(32) Para um aprofundamento sobre a vida de Seti I, consultem-se: E. HORNING, *The Tomb of Pharaoh Seti I. Das Grab Sethos' I*, edição bilingue, Zurique/Munique, Arthemis & Winkler, 1991, cap. I-II; W. J. MURNANE, *The Road to Kadesh: A Historical Interpretation of the Battle Reliefs of King Sety at Karnak*, Chicago, The Oriental Institute of Chicago, 1995, pp. 12-119.

(33) Cf. J. NUNES CARREIRA, *Filosofia antes dos Gregos*, Mem Martins, Edições Europa-América, 1994, p. 111 ss.

(34) *Papiro Anastasi IV*, 9,4-10,1. Aqui citamos a tradução contida em W. K. SIMPSON (ed.), *The Literature of Ancient Egypt*, pp. 346-347. O papiro data do período ramsésida. Outra tradução: R. CAMINOS, *Late-Egyptian Miscellanies*, pp. 168-170. Consulte-se, igualmente, P. MONTET, *La Vie Quotidienne en Égypte au Temps des Ramsés*, Paris, Hachette, 1946 (cap. IX: «L'armée et la guerre»), pp. 295-332.

(35) Como atrás dissemos, a melhor edição deste tipo de textos é a de R. A. CABOS, *Late Egyptian Miscellanies*.

(36) A análise que se segue filia-se numa recentíssima abordagem de A. J. SPALINGER num estudo titulado «The paradise of Scribes and the Tartarus of Soldiers», que, embora ainda se encontrando no prelo, nos foi gentilmente facultado pelo autor. Cabe também advertirmos para um útil artigo de O. BERLEV, «The Oldest Description of the Social Organization of Egypt», in *Problemy social'nykh otnoženj I form zavisimosti na drevnem vostoke*, Moscovo, Nauka, 1984, pp. 26-34.

(37) R. CAMINOS, *Late Egyptian Miscellanies*, pp. 16-17.

(38) *Ibidem*, pp. 373-428.

(39) Cf. A. J. SPALINGER, «The Paradise of Scribes and the Tartarus of Soldiers», pp. 11-13.

(40) Qf p GRANDET, *Le Papyrus Harris I (BM 9999)*, II, Cairo, Institut Français d'Archéologie Orientale, 1994, p. 243, n. 919. Veja-se, também, A. J. SPALINGER, *The Transformation of an Ancient Egyptian Narrative Text: P. Saltier III and the Battle of Kadesh*, New Haven, Yale University Press, 1982, cap. XI.

<41> Para estes aspectos, baseámo-nos principalmente na monografia da egiptóloga alemã A. M. GNIRS, *Militär un Gesellschaft. Ein Beitrag zur Sozialgeschichte des Neuen Reiches*, Heidelberg, Heidelberger Orientverlag, 1996, pp. 190-211.

(42) Sobre este grupo étnico, bem como de outros «Povos do Mar», remetemos para: N. K. SANDARS, *The Sea Peoples: Warriors of the Eastern Mediterranean 1250-1150 B.C.*, Londres, Thames & Hudson, 1978; R DREWS, *The End of the Bronze Age. Changes in Warfare and the Catastrophe ca 1200 B.C.*, Princeton, Princeton University Press, 1993. Cabe aqui referir que o termo «mercenários» será inadequado para rotular os chardanos. Se é certo que estavam organizados em unidades separadas das tropas egípcias, eles não se mantinham leais ao faraó apenas pelo pagamento dos soldos. Na realidade, residiam no Egito e pertenciam à estrutura económica do país. Quanto aos libios, à semelhança dos chardanos, que também pertenceram às forças armadas do Egito neste período, tornaram-se membros sedentarizados da sociedade egípcia.

(43) O *Papiro Wilbour*, datado do reinado de Ramsés V (que conheceu a *editio princeps* por iniciativa de Sir Alan GARDINER, *Papyrus Wilbour, I/III*, *Brooklyn Museum*, Oxford, Griffith Institute, 1948), contém dados sobre as dimensões e os níveis de produtividade de diversos lotes fundiários, certamente com vista a calcular qual seria o montante da carga fiscal a aplicar sobre os mesmos. No entanto, os informes são geograficamente circunscritos ao Médio Egito, sobretudo em torno do Faium e ligeiramente mais a sul. Em certos locais concretos, aparecem referências a «soldados», especialmente a sul, nas regiões administradas pelos Sepermeru e Hardai. Os últimos controlavam uma área densamente povoada. Verifica-se que no papiro os «soldados» são deliberadamente separados dos Cherden ou Chardana, sendo a presença deste grupo étnico abertamente reconhecida. Nas quatro zonas que se conseguiram definir, numa orientação geográfica de norte para sul, os valores percentuais relativos aos militares são: «Zona I» - «supervisores de coudeletrias», 4,3 %, soldados, 1,4, e chardanos, 4,3; «Zona II» - respectivamente, 30,8, 9,6 e 4,2%; «Zona III» - 33,9, 21 e 4,8%; «Zona IV» - 24,2, 19,7 e 2,4%. Nas regiões mais para sul ressalta a importância dos cavalos. Quanto ao núcleo dos militares autóctones, situava-se

ainda mais a montante do Nilo. Os chardanos, por seu lado, surgem localizados mais a norte, certamente por constituírem tropas de elite do exército egípcio, os quais eram frequentemente destacados para cumprir serviço na Palestina Meridional, na linha costeira do Delta e na fronteira ocidental. Para a apresentação destes dados, baseámo-nos num estudo de B. J. KEMP (Cf. «An Egyptian Perspective», *Cambridge Archaeological Review* 13 (2003), 124SS.). O autor logrou traçar um curioso perfil social de todos estes militares proprietários de terras. Observemos os valores percentuais referentes à posse da terra no citado papiro: «supervisores de coudeletrias», 22%; soldados, 17%; sacerdotes, 12.5%; pequenos agricultores, 12%; pastores, 11.3%; chardanos, 7.5%; escribas, 3.3%. Cabe ter em conta que estes elementos informativos procedem de uma região muito restrita do Médio Egipto, e que os chardanos talvez apareçam com níveis de representatividade acima do normal. Ainda assim, de tudo isto extraem-se certos factos concretos: os escribas, por exemplo, correspondiam a um reduzido número de proprietários fundiários. Por outro lado, destaca-se a ausência de elementos da alta oficialidade do exército egípcio. Os «supervisores das coudeletrias» formam o grupo maior, indicando, conseqüentemente, a sua importância no âmbito das forças armadas. Se acrescentarmos este grupo aos soldados nativos, atinge-se um valor de 39% e, caso se incluam os chardanos, então o total ascende a cerca de metade do conjunto dos detentores de terras. Isto não transmitirá uma preponderância dos militares no Médio Egipto setentrional? Por si sós, os chardanos cifram-se em 44% das tropas de combate, se excluirmos os «supervisores das coudeletrias». Os informes assinaláveis no *Papiro Wilbour* não podem, todavia, ser utilizados para avaliarmos o tamanho do exército egípcio. Como, aliás, Kemp salientou, o número de soldados pode constituir uma peculiaridade a nível local. De facto, é impossível que os chardanos chegassem aos 225.000 homens e os combatentes verdadeiramente egípcios a 510.000, isto numa população com aproximadamente três milhões de habitantes. Cabe recordar que tais dados se obtiveram em quatro zonas bastante povoadas, sobretudo se as comparamos com as *sepaut* do Alto Egipto. Na realidade, o número de indivíduos com propriedades é relativamente reduzido e as estatísticas atrás expostas não reflectem esse facto. Por exemplo, na zona I temos 6 chardanos; nas zonas II, III e IV, respectivamente, 18, 30 e 9. Assim, urge encarar os valores percentuais a partir destes números. Mais: não devemos esquecer que os terratenentes representavam um grupo pertencente à elite. No *Papiro Wilbour*, eles são por vezes designados como «agentes de cultivo» ou, mais simplesmente, «agentes»: cf. J. J. JANSSEN, «Prolegomena to the study of Egypt's economic history during the New Kingdom», *SAK* 3 (1975), 127-185; IDEM, *Commodity Prices in the Ramesside Period*, Leiden, E. J. Brill, 1975. Só uma pequena porção (10% do total) das terras aproveitadas para a agricultura é que vem consignada no papiro. Se tomarmos em consideração este valor e o multiplicarmos pelos totais que atrás mencionámos, concluímos que os soldados egípcios mais os chardanos detinham cerca de 2.5% do total dos terrenos nas quatro zonas referidas. Ora é possível que o grande total do exército egípcio atingiria, pelo menos, os 75.000 homens. Não obstante a fragilidade desta assunção, com tal cifra talvez nos aproximemos mais da realidade ao tempo. A existência de assentamentos de chardanos mostram que por essa altura, ainda, os faraós dispunham de terrenos para fornecer aos seus «mercenários», os quais se sedentarizavam e, ao mesmo tempo, asseguravam a sua subsistência. Seja como for, não deixa de ser espantoso que houvesse tantos militares nesta região do Médio Egipto. Se bem que estes dados sejam representativos da elite durante os reinados de Ramsés II e de Ramsés III, também levam a supor que ainda existiria uma considerável máquina de guerra egípcia nas fases mais tardias do Império Novo. No tempo de Ramsés III, o exército deveria ascender a 15.9% do total da elite, percentagem que, no entanto, não comporta os elementos da administração militar da Núbia.

(44) Durante o reinado de Ramsés III, não restam dúvidas de que o exército faraónico estava a tomar-se cada vez mais multi-étnico. P. GRANDET, na sua obra *Ramsés III*.

Histoire d'un règne (Paris, Pygmalion/Gérard Watelet, 1993, pp. 170-179), mostra bem até que ponto tal soberano desenvolveu uma política acentuadamente militarista.

(45) Sobre os Libios, veja-se D. O'CONNOR, «The Nature of Tjemhu (Libyan). Society in the Late New Kingdom», in A. LEAHY (ed.), *Libya and Egypt c. 1300-750 BC*, Londres, School of Oriental and African Studies, 1990, pp. 29-113.

(46) Cf. K. BUTZER, *Early Hydraulic Civilization in Egypt*, Chicago / Londres, University of Chicago Press, 1976, p. 83.

(47) A este respeito, cf. A. GNIRS, *Militär und Gesellschaft*, pp. 201-211. A análise desta egiptóloga fundamenta-se num grande manancial de fontes egípcias, sobretudo do período ramsésida. No entanto, sublinhe-se que ela se escorou igualmente em importantes estudos, designadamente de K. JANSSEN-WINKELN, os quais também tivemos a oportunidade de consultar: «Zum militärischen Befehlsbereich der Hohenpriester des Amun», *GM* 99 (1987), 19-22; IDEM, «Das Ende des Neuen Reiches», *ZÄS* 119 (1992), 22-37; IDEM, «Der Beginn der libyschen Herrschaft in Ägypten», *Biblische Notizen* 71 (1994), 78-97. Também relevante para esta matéria é o estudo de A. NIWINSKI, «Bürgerkrieg, militärischer Staatsreich und Ausnahmezustand der alten Ägypten unter Ramses XI. Ein Versuch neuer Interpretation der alten Quellen», in I. GAMER-WALLERT e W. HELCK (ed.), *Gegengabe: Festschrift für Emma Brunner-Traut*, Tübingen, Attempto Verlag, 1992, pp. 235-262.

(45) Aproveitamos o ensejo para citar D. C. RAPOPORT: «The fundamental modern political question is the relationship of military to civil society - a problem which did not have much meaning until the seventeenth century AD when responsibilities for the two spheres were vested in different hands». Cf. «Military and Civil Societies: The Contemporary Significance of a Traditional Subject in Political Theory», *Political Studies* 12 (1964), 198, n. 3.

(49) Cf. J. das Candeias SALES, «Exército», em *Dicionário do Antigo Egípto*, p. 354.

(s^o) Por «casta» entendemos um subsistema social específico no seio de uma entidade, o qual se desenvolve a tal ponto que se considera como algo à parte dos demais subsistemas. Verdade seja dita que, mesmo no final do Império Novo, o exército egípcio nunca chegou a constituir um organismo completamente hermético. Assim, o termo «corporação» talvez seja mais correcto, conforme nos aconselhou, numa gentil missiva, A. J. Spalinger, um dos maiores especialistas da história militar do antigo Egípto.